



Leitura e subjetividade.

Estamos inseridos numa sociedade em que as redes sociais da escrita e da leitura desempenham papel fundamental. Ribeiro (1999) chega a denominar grafocêntrica a nossa sociedade ocidental urbana, devido à relevância que a possibilidade de compreensão de textos escritos promove na vida concreta tanto dos indivíduos quanto das coletividades. Tradicionalmente, as teorias psicológicas problematizaram o tema da leitura e seus percalços sob o ponto de vista individual do aluno. Tanto os aspectos cognitivos quanto os afetivos foram lidos com ênfase demasiada nas relações familiares, que produziram efeitos nas relações de ensino-aprendizagem. Por outro lado, as teorias pedagógicas se preocuparam quase que exclusivamente com as metodologias utilizadas: se os alunos não aprendiam era porque o método não estava bem adequado. Na tentativa de compreendermos a vigência e a prevalência desses enfoques (ou o ponto de vista psicologizante intrasubjetivo ou o ponto de vista científico-metodológico) este estudo tem como objetivo problematizar as relações entre as práticas de leitura e os modos de subjetivação. Segundo Freire (1990), uma cisão significativa produzida na organização escolar se dá entre educação e poder, tendo como um dos seus efeitos as posturas de neutralidade por parte dos educadores, em que movimentos de implicação e de responsabilidade são minimizados. Como se a organização escolar não fizesse parte da rede de instituições sociais que nos constituem enquanto sujeitos, ao mesmo tempo em que são construídas historicamente por nós mesmos. A leitura de textos escritos não diz respeito somente ao conteúdo lingüístico das palavras, mas da relação do texto com seu contexto de produção, e deste com a realidade do mundo. Para Foucault (1995), as relações de saber e de poder são constitutivas dos modos de subjetivação. A proposta inovadora desse autor refere-se ao aspecto relacional que ele instaura no conceito de poder, demonstrando que a noção de poder como algo da ordem de uma posse, colocando de um lado os que o possuem (normalmente o Estado) e do outro lado os despossuídos, é uma forma hegemônica de entendimento sobre o poder. Em contrapartida, ele propõe que o poder se dá num campo de batalha, em que forças de resistência sempre se engendram. Emerge a positividade do poder, que não seria apenas repressivo, mas produtivo. Ele demonstra de que maneira os arranjos sócio-históricos, os discursos de verdade, os dispositivos de poder de cada época servem de campos de possibilidade para a emergência dos modos de subjetivação. Entendemos que este estudo pode contribuir para a reflexão psico-pedagógica sobre a leitura, uma vez que trabalharemos com a noção de modos de subjetivação, em que o sujeito é um efeito das relações de saber-poder de sua época histórica. Sujeito que tanto é produzido como é produtor da história. Sob esta perspectiva, tanto as relações intrafamiliares quanto a efetivação de determinadas metodologias deixam de ser neutras e individualizadas para serem inseridas em processos sócio-históricos. Com este aporte teórico, a leitura deixa de ser tematizada como uma habilidade cognitiva individual e passa a ser compreendida como uma prática social. Bibliografia: FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: RABINOW, Paul e DREYFUS, Hubert. Michel Foucault – Uma trajetória filosófica (Para além do Estruturalismo e da Hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. FREIRE, Paulo e MACEDO, Donaldo. Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. RIBEIRO, Vera Masaguão. Alfabetismo e Atitudes – Pesquisa com jovens e adultos. Campinas: Papyrus; São Paulo: Ação Educativa, 1999.

Raquel da Silva Silveira; Lia Beatriz de Lucca Freitas; Henrique Caetano Nardi

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS;